

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 21/2023

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO** E O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, OBJETIVANDO A COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO DOS ELEITORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO (TRE-MT)**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.901.308/0001-21, com sede em Cuiabá/MT, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Centro Político e Administrativo - Setor "E", representado neste ato pelo MMº Juiz Eleitoral, Dr. Aroldo José Zonta Burgarelli, brasileiro, magistrado, portador da Cédula de Identidade nº **.605.***-9 SSP/SP e CPF nº ***.326.868-**, conforme delegação prevista na Portaria TRE-MT nº 207, de 23 de junho de 2023, e o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, com sede na Rua José Salmen Hanze, nº 420-532, Centro, São José do Povo, 78773-000, inscrito no CNPJ sob nº 32.972.424/0001-04, por intermédio de sua Prefeitura Municipal, neste ato representada pelo Senhor Ivanildo Vilela da Silva, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 29****7 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº ***.256.216-**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, de acordo com o que consta no Processo SEI nº 07398.2023-0, em consonância, no que couber, a legislação que rege a matéria, em especial os arts. 7º e 9º, III, da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985 e a Resolução TSE nº 23.659, de 26 de outubro de 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Cooperação tem por objeto a comunhão de esforços para a realização do cadastramento do eleitorado com coleta de dados biométricos no Município de São José do Povo-MT, mediante a cessão gratuita de espaço físico, mobiliário e pessoal (com a indicação de 2 servidores) para execução do atendimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

2.1. A cooperação mútua entre os partícipes tem por finalidade agregar maior agilidade, segurança, robustez e amplitude ao processo biométrico no Município de São José do Povo-MT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MT

3.1. São obrigações do TRE-MT:

- I. Executar a fiscalização, por intermédio de seu magistrado e servidores, do objeto deste Termo de Colaboração;
- II. Certificar que os designados não possuem filiação partidária;
- III. Oferecer pessoal qualificado para capacitar os servidores disponibilizados pelo órgão cedente, com treinamento teórico e prático específicos para as atividades objeto deste termo de cooperação;
- IV. Disponibilizar e manter em perfeitas condições de funcionamento os kits biométricos, além de todos os equipamentos e sistemas de informação (especialmente o sistema ELO) necessários à adequada prestação de serviços específicos de sua responsabilidade, exceto impressora e 2 computadores disponibilizados pela prefeitura;
- V. Prestar suporte técnico, jurídico e operacional nas atividades de atendimento ao eleitor;
- VI. Responsabilizar-se pela Comunicação Social em torno da coleta de dados biométricos no município/distritos;
- VII. Acompanhar e controlar as ações para que os serviços sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT

4.1. São obrigações do órgão:

- I. Disponibilizar servidor(es) em número suficiente para a realização dos serviços objeto deste Termo de Cooperação;
- II. Selecionar servidor(es) que não seja(m) filiado(s) a partido político,

- com idade mínima de 18 anos, podendo os supervisores solicitar substituição daqueles que não se mostrarem aptos aos serviços;
- III. Encaminhar relação nominada de servidor(es) ao Cartório Eleitoral para verificação do requisito de não filiação partidária;
- IV. Manter a quantidade de pessoal, indicando as necessárias substituições, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, faltas e desligamentos, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação funcional ou de emprego com o TRE/MT;
- V. Responsabilizar-se de modo exclusivo pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais incidentes, em suma com todas as despesas diretas e indiretas com o pessoal disponibilizado para a consecução do objeto deste instrumento;
- VI. Informar ao servidor disponibilizado o dever de cumprir as normas e regulamentos internos do TRE-MT;
- VII. Informar ao servidor disponibilizado o dever de manter sigilo sobre as informações que tiverem conhecimento em razão dos trabalhos a serem desenvolvidos sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- VIII. Manter o controle de frequência do(s) servidor(es) disponibilizado(s) para atuarem nas Unidades de Atendimento, devendo seguir o horário de funcionamento do órgão de origem;
- IX. Auxiliar na Campanha Publicitária divulgando o atendimento biométrico com coleta de dados biométricos na localidade;
- X. Fornecer apoio institucional necessário para a viabilização do objeto deste termo;
- XI. Disponibilizar a infraestrutura necessária no município para a execução das atividades, especialmente sala com ar-condicionado para acolhimento dos eleitores;
- XII. Disponibilizar mobiliário (cadeiras, mesas etc.), materiais (canetas, papel A4), impressora (de preferência laser) e 2 (dois) computadores para a execução das atividades;
- XIII. Disponibilizar circuito de comunicação de dados (link) que viabilize o atendimento on-line;
- XIV. Arcar com as despesas de água e energia elétrica do espaço cedido;
- XV. Designar gestor responsável pelo acompanhamento e operacionalização do presente termo de cooperação;
- XVI. Divulgar o conteúdo do presente termo de cooperação ao designado para a sua execução;
- XVII. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, seus servidores causarem a terceiros;
- XVIII. Responsabilizar-se pela guarda do computador e dos kits

biométricos, durante todo o período de vigência do presente instrumento jurídico, inclusive durante o tempo do recesso forense;

- XIX. Acompanhar e controlar as ações para que os serviços sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade.
- XX. Fornecer, nas Unidades de Atendimento, materiais de informática necessários à adequada prestação de serviços;
- XXI. Efetuar manutenção dos equipamentos de informática, se necessário;

CLÁUSULA QUINTA - DO SIGILO

- 5.1. Os Partícipes se comprometem a utilizar os dados e informações que lhes forem fornecidos somente nas atividades relacionadas com o presente Termo de Cooperação, sendo de sua responsabilidade qualquer forma de divulgação, tratamento ou transferências a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito.
- 5.2. Os signatários devem dar o tratamento aos dados conforme normas constantes na legislação correlata a matéria (Código Eleitoral, Lei das Eleições, Lei dos Partidos Políticos, Resoluções do TSE e do TRE-MT, e demais normativos), além da observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL.

- 6.1. O pessoal utilizado pelos Partícipes na execução deste Termo de Cooperação, na condição de servidores, empregados, autônomos, terceirizados, estagiários, empreiteiros ou outros, não terão direito a nenhuma vinculação em relação à outra Parte, ficando a cargo exclusivo da respectiva Parte que os contratou a integral responsabilidade concernente aos seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade ou subsidiariedade dentre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE.

- 7.1. Os vínculos jurídicos, financeiros ou de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente ao outro partícipe.

CLÁUSULA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE.

8.1. Em qualquer divulgação, promoção e/ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades relacionadas com o objeto do presente Termo de Cooperação, será, obrigatoriamente, destacada a participação de ambos os partícipes e essas ações deverão ter caráter educativo, informativo e/ou de utilidade pública, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que venham a caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução, dentro de sua respectiva competência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

- 10.1. O TRE-MT providenciará a publicação do extrato deste Termo de Cooperação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do TRE-MT, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, como condição indispensável para sua eficácia, não ultrapassando o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, de acordo art. 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93.
- 10.2. O TRE-MT encaminhará ao órgão partícipe cópias das referidas publicações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

- 11.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência da data da assinatura do presente instrumento até o dia anterior ao fechamento do cadastro eleitoral no ano de 2024, que será estipulado pelo TSE por meio do Calendário Eleitoral e comunicado aos partícipes pelo chefe de cartório.
- 11.2. No período de 20 de dezembro de 2023 a 06 de janeiro de 2023 haverá o recesso – feriado forense –, conforme previsão no art. 62, I, da Lei n. 5.010/1966, ocasião em que os serviços eleitorais ficarão suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO ACORDO

12.1. A execução, coordenação, operacionalização, e fiscalização do

presente acordo e de suas bases gerais caberá ao gestor local da unidade administrativa, a ser designado pelo Município de São José do Povo, e ao Chefe de Cartório da 2ª ZE, como representante do TRE-MT, aos quais competirá providenciar as medidas necessárias à solução de quaisquer problemas para o bom e fiel desempenho do objeto deste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Mediante termo aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O(s) servidor(es) designado(s) para o desempenho das atividades na Unidade de Atendimento deverá(ão) cumprir todas as normas estipuladas pelo Cartório Eleitoral.

15.2. O(s) servidor(es) designado(s) para o desempenho das atividades na Unidade de Atendimento deverá(ão) cumprir a carga horária semanal fixada pelo órgão cedente.

15.3. Eventuais omissões, dúvidas e controvérsias serão dirimidas pelos gestores dos órgãos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As questões porventura oriundas deste Termo de Cooperação deverão ser resolvidas, preliminarmente, de comum acordo pelas partes, elegendo-se, em não sendo este possível, o Juízo Federal da Capital do Estado de Mato Grosso para dirimi-las, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes em concordância, foi lavrado o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelos respectivos representantes.

Guiratinga/MT, 31 de agosto de 2023.

Assinado de forma digital por
AROLD JOSE ZONTA
BURGARELLI:29922
Dados: 2023.09.04 12:21:35 -04'00'

AROLD JOSÉ ZONTA BURGARELLI
Juiz Eleitoral – 02ª ZE

IVANILDO
VILELA DA
SILVA:4912562
1653



Assinado de forma
digital por IVANILDO
VILELA DA
SILVA:49125621653
Dados: 2023.08.31
16:45:23 -04'00'

IVANILDO VILELA DA SILVA
Prefeito Municipal de São José do
Povo